



Desenvolvimento Industrial e Organização Espacial: Algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Fortaleza

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Universidade de São Paulo

Disciplina: Mercado e Estado | AUP 840

Aluna: Maria Beatriz Cruz Rufino

Professores: Csaba Deák | Sueli Schiffer

São Paulo, agosto de 2008.

Resumo

Após o relativo insucesso do desenvolvimento industrial sob os auspícios da SUDENE, o estado do Ceará passa a exibir um considerável dinamismo a partir da década de 90, produto de uma agressiva política industrial. O tom de ruptura que adquire esta proposta de desenvolvimento parece merecer alguns questionamentos. É inegável seu impacto em termos reestruturação espacial da metrópole, muito embora, o crescimento apresentado exiba características concentradoras. Dentro deste contexto, este trabalho procura compreender as condições particulares do desenvolvimento industrial para o caso do Ceará, buscando identificar as implicações dos diferentes períodos de desenvolvimento na organização espacial de seu principal espaço de acumulação capital, a Região Metropolitana de Fortaleza.

Palavras chaves: Desenvolvimento Industrial; Organização Espacial; Regiões Metropolitanas

1. Introdução:

A questão do desenvolvimento do Nordeste tem sido objeto de inúmeras investigações, estruturadas segundo uma compreensão mais integrada e complementar da região em relação à economia nacional¹. Um dos aspectos mais abordados por grande parte dos estudos é o exame do setor industrial do Nordeste, e das políticas nacionais, regionais e locais implementadas pelo poder público para viabilizar esta expansão.

Dentro deste contexto, o estado do Ceará apresentará condições singulares. Após relativo insucesso do desenvolvimento industrial sob os auspícios da SUDENE, inserido em uma Política Nacional de consolidação e integração do mercado nacional, exibe considerável dinamismo a partir da década de 90. As transformações ocorridas no estado do Ceará e em sua Região Metropolitana despertam atenção no cenário nacional pelos consideráveis índices de crescimento

¹ Destaque para a interpretação pioneira de Francisco de Oliveira em seu livro *Elegia para uma re(li)gião*.

alcançados². Essas transformações estavam diretamente vinculadas à ascensão política de uma nova elite no Ceará, a qual viria em pouco tempo adquirir expressão nacional³ (Gondim, 1998).

Dentre as novidades trazidas por esta nova elite ganha destaque uma agressiva política industrial, pautada, dentre outras estratégias, na guerra fiscal. O tom de ruptura que adquiri esta proposta de desenvolvimento parece merecer alguns questionamentos. É inegável seu impacto em termos reestruturação espacial da metrópole, muito embora, o crescimento volte apresentar suas características concentradoras. Neste contexto, a investigação da relação entre o desenvolvimento industrial e a organização espacial da metrópole apresenta-se como objeto de interesse de estudo.

Assim este trabalho apresenta como objetivo a compreensão das condições particulares do desenvolvimento industrial para o caso do Ceará, buscando identificar as implicações dos diferentes períodos de desenvolvimento na organização espacial de seu principal espaço de acumulação capital, a Região Metropolitana de Fortaleza.

Pelas condições específicas identificadas para o caso do Ceará, optou-se por um recorte temporal que se inicia a partir da década de cinquenta do século anterior, onde se percebe o início de uma atuação mais forte do Estado em prol do desenvolvimento industrial do Ceará, relacionada diretamente com a Política Nacional-desenvolvimentista, indo até o início do ano 2000, período que marca o desgaste e esgotamento do projeto industrial neo-liberal para o Ceará.

Pretende-se utilizar como referência para a compreensão destes processos a serem analisados as noções, conceitos e teorias discutidos ao longo do semestre na disciplina Estado e Mercado e revistados nos textos de Csaba (1991 e 1989). Assim considera-se fundamental estabelecer na análise do caso do Ceará e particularmente da Região Metropolitana uma articulação com o cenário nacional, e uma discussão das relações estabelecidas entre o Mercado e o Estado, entendendo este como condição institucional para a acumulação plena do primeiro.

Na primeira parte deste trabalho procura-se identificar as especificidades da formação do estado do Ceará e as características de sua rede urbana, focando no desenvolvimento urbano de sua capital, Fortaleza. Essas considerações são relevantes para o desenvolvimento do momento posterior do trabalho, onde se passa a analisar o seu desenvolvimento industrial aprofundando tal análise em dois períodos principais: um primeiro relacionado ao Projeto Nacional Desenvolvimentista e o seguinte vinculado a preceitos neo-liberais. Por fim, utilizando-se da análise a cerca do desenvolvimento industrial no Ceará, serão desenvolvidas algumas

2 O Produto Interno Bruto (PIB) do Ceará cresceu a taxas mais elevadas que as do PIB do Brasil: 3,55% contra 1,18%, respectivamente no período de 1985/1990. Mais importante ainda é o fato de que aumentou a proporção do PIB cearense com relação ao PIB brasileiro, passando 1,83% em 1980, para 2,14% em 1986 e 2,41% em 1990 (GONDIM, 1998:36)

3 Em 1986, é eleito para o Governo do estado Tasso Jereissate, que conseguiria em seguida eleger seu sucessor Ciro Gomes. Ambos despontam como importantes figuras no cenário político nacional a partir da projeção do modelo de gestão por eles adotada no governo estadual.

considerações sobre a organização espacial de seu principal espaço de acumulação, a Região Metropolitana de Fortaleza.

Pela dimensão adquirida pelo trabalho, são reconhecidas suas limitações, muito embora tal esforço conduziu a uma ampliação da compreensão das relações estabelecidas entre os processos de produção econômica e a organização espacial.

2. Especificidades da formação do Estado do Ceará e características de sua rede urbana

A formação econômica cearense do período colonial se distanciou das outras economias nordestinas litorâneas. Dentro do nordeste reconhecido como região, existiam na verdade várias regiões (Oliveira, 1983):

"Reconhecia-se, no período da Colônia, 'regiões' dentro do que hoje é o Nordeste, com amplitudes muito mais restritas: sobretudo no que corresponde hoje aos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, a 'região' era reconhecível como o lócus da produção açucareira, enquanto os espaços que hoje correspondem ao Ceará e Piauí eram relativamente indiferenciados, desenvolvendo atividades econômicas de pouca expressão na economia colonial e quase nunca assimilados ao que se poderia chamar de 'Nordeste'".(OLIVEIRA, 1983:32)

A pecuária foi a primeira grande atividade econômica cearense fundamentando sua organização econômica em função das necessidades de suprimento para as regiões agroexportadoras, por tanto ao contrário das demais capitais litorâneas a demanda externa não foi um fator preponderante na organização espacial do Ceará (OBSERVATÓRIO, 2007). Dessa forma não havia uma cidade principal, mas um conjunto de cidades interioranas⁴, articuladas e especializadas na produção e comercialização da carne-seca, ficando sua capital litorânea isolada na zona costeira, sem estabelecer vínculos com outros centros urbanos coloniais. A ocupação da capital se associava exclusivamente à racionalidade militar e defensiva, cujo desdobramento torna impossível a penetração do interior a partir de Fortaleza (ver figura 01).

Reconhece-se em período posterior uma nova lógica para a organização econômica do Nordeste Agrário não-açucareiro pela entrada em cena de outro ator: o algodão. Como seqüela da Revolução Industrial, e principalmente, diante do avanço da indústria têxtil na Economia Inglesa, a demanda mundial de algodão começa a crescer exponencialmente. O nordeste semi-árido apresentou neste contexto condições propícias a essa produção, que somada a crise de um dos

⁴ As Cidades de Aracati, Icó, Sobral e Crato de acordo com relatório produzido pela Sudene em 1974 sobre a estruturação do espaço urbano e regional do Ceará no século XVIII eram consideradas como as de primeira ordem de importância. Fortaleza neste mesmo estudo é apresentada como de terceira ordem, estando suas funções limitadas à esfera administrativa (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2007).

maiores produtores - o sul do Estados Unidos, envolvido na Guerra da Secessão - elevou a região a um vasto algodão (OLIVEIRA, 1983:46).

Através do Algodão, o Nordeste não-açucareiro passa a estabelecer uma relação direta com o Capital Internacional, *“que encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros e posseiros”* (OLIVEIRA, 1983:47). A cultura de subsistência desenvolvida pelos moradores, meeiros e posseiros dos latifúndios, convive ao lado da produção do algodão e constitui o principal mecanismo de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho.

A cultura do algodão, então disseminada no Ceará, se uniu às charqueadas (atividades ligadas ao consumo de carne), compondo a base para a organização econômica e espacial cearense. Nesse sentido, o sistema formado pelo tripé gado/algodão/cultura de subsistência não só estruturou a economia espacial cearense como também marcou profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra no Estado. (PEREIRA JÚNIOR, 2003).

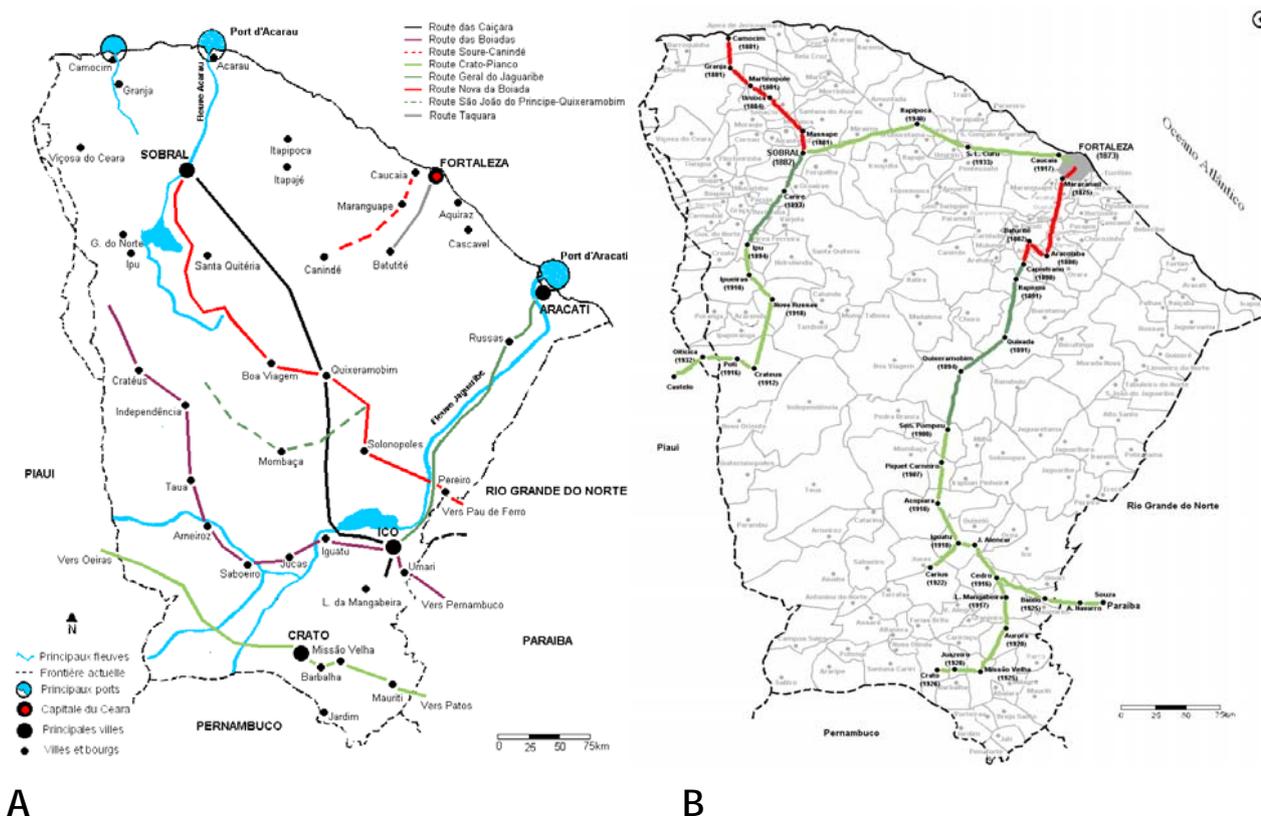
O caráter desta nova atividade econômica repercute na alteração da relação de forças estabelecidas entre a capital e os principais núcleos urbanos econômicos⁵ do Ceará. A independência jurisdicional do Ceará em relação a Pernambuco e à abertura dos portos às nações amigas, no final do século XVIII e início do século XIX respectivamente, ampliam o questionamento da fragilidade da capital em relação às cidades interioranas e, principalmente, às outras capitais nordestinas, notadamente Recife. A partir daí evocam-se as boas condições de navegação intercontinental em Fortaleza e são desenvolvidas diversas estratégias para viabilizar a abertura de Fortaleza à comercialização direta com a Europa, colocando em xeque o sistema de comunicação anterior, fundado nas vias antigas e que beneficiavam intermediação vantajosa para Pernambuco. Aproveitando-se de sua situação de capital, principalmente após proclamação do Império que concentra os investimentos públicos nas capitais, legisla sobre as tarifas alfandegárias e investe na construção de vias férreas. Como medidas que exemplificam esse esforço podem ser destacadas:

- a redução em 50% das tarifas alfandegárias cobradas no porto de Fortaleza a fim de captar a produção de algodão do Norte do Ceará, enviados diretamente dos portos de Camocim e Acaraú para o porto da capital;
- a construção da via férrea que garante incorporação gradual da zona produtora de algodão à sua zona de influência;

⁵ As Cidades de Aracati, Icó, Sobral e Crato de acordo com relatório produzido pela Sudene em 1974 sobre a estruturação do espaço urbano e regional do Ceará no século XVIII eram consideradas como as de primeira ordem de importância. Fortaleza neste mesmo estudo é apresentada como de terceira ordem, estando suas funções limitadas à esfera administrativa (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2007).

-a modernização das estruturas portuárias e articulação entre a via férrea e a navegação a vapor.

A partir da consolidação destas infra-estruturas, Fortaleza toma partido de sua situação estrutural para se tornar ponto de drenagem de mercadorias, reforçando assim as relações de dominação do litoral com o sertão (OBSERVATÓRIO, 2007). Todo esse esforço de consolidação de Fortaleza leva a um enfraquecimento da rede de cidades, anteriormente consolidada, que chega a níveis alarmantes, a ponto de gerar a macrocefalia reinante no sistema de cidades do Ceará, dado bem diferente do registrado na grande maioria dos outros estados nordestinos, cuja participação das cidades secundárias é relevante tanto em termos econômicos como demográficos. A comparação entre os mapas das estradas antigas e da rede ferroviária ilustram a intenção de alteração radical na organização espacial do Estado (ver figura 01). As cidades de Aracati e Icó são descartadas do eixo de circulação ferroviária e a cidade de Sobral é incorporada de forma subalterna à Fortaleza.



Fonte: Dantas (2002) apud OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES(2007)

Figura 01: A –Estradas Antigas do Ceará; B- Rede Ferroviária do Ceará.

3. Desenvolvimento Industrial no Ceará

Apesar de seu caráter agroexportador, vieram do algodão as primeiras iniciativas de industrialização no Ceará, representadas, principalmente, pelas empresas de fiação e tecelagem. Tais firmas, que se distribuíram por diversos municípios do Estado, localizavam-se principalmente na capital, seguindo a lógica de concentração imposta anteriormente (PEREIRA JÚNIOR, 2003).

A crise provocada pelos baixos preços do produto no mercado mundial, na segunda metade do século XIX, deu oportunidade ao surgimento das primeiras fábricas de tecido no Nordeste em 1967 (BERNAL, 2004). No geral, a atividade se deu muito mais como um prolongamento da agricultura, porquanto se ocupou da transformação da matéria-prima local e se concentrou nas mãos de grupos familiares (PEREIRA JÚNIOR, 2003). A expansão do ramo têxtil teria possibilitado a implantação de indústria de óleos vegetais, que passaram a fornecer matéria prima às indústrias de alimentos e sabão (NOBRE, 1989)

Bernal (2004) aponta que sem renovação de maquinário, estas indústrias tornaram-se obsoletas e entraram em crise. Crise essa agravada por crônicas deficiências de infra-estrutura básica, principalmente energia elétrica (BERNAL, 2004). Oliveira (1983) entretanto desenvolve uma explicação mais ampla sobre a crise indústria têxtil no nordeste. Para o autor, esta crise é produto do conflito que a afirmação desta indústria gerava com os grandes trustes internacionais que controlavam o ramo têxtil. O nordeste, de uma forma geral, deveria acomodar-se ao padrão de fornecimento ditado por estes trustes internacionais, especializando-se apenas na produção de tecidos grossos, justificados não apenas pela pobreza do mercado da "região", mas numa imposição destes grupos internacionais (Oliveira, 1983: 63). Esse sistema de baixa produtividade seria sustentado por um rebaixamento constante da mão de obra, pautadas em muitos casos, por formas semi-capitalistas.

Para o Ceará, esta primeira fase de industrialização esgota-se nos anos 50. A emergência de um novo esforço, com características diferenciadas, em prol à industrialização começa a se fundamentar a partir daí. Começava-se a se delinear a partir deste momento a unificação do mercado nacional, fazendo com que as lógicas de produção não estivessem mais restritas aos mercados regionais.

3.1 A Indústria como projeto desenvolvimentista

Com a aceleração do processo de industrialização em São Paulo, assiste-se progressivamente, a partir da década de 30 a ascensão do setor industrial na economia brasileira, indo de encontro aos interesses tanto das classes dominantes, como o do capital estrangeiro (SCHIFFER, 1998). O

reforço destas tendências irá conduzir a um processo de nacionalização da economia, através da unificação do mercado lastreados por um esforço de articulação da infra-estrutura nacional.

A quebra das barreiras inter-regionais, a expansão do sistema de transportes facilitando a circulação nacional de mercadorias, produzidas essencialmente no centro-sul, e por outro lado a exportação dos capitais das regiões em estagnação são a forma do movimento de centralização. Este movimento se manifestará ainda através da destruição das economias “regionais” (OLIVEIRA, 1983:76). Neste contexto, torna-se mais perceptível o chamado “aumento das disparidades regionais”, que representa na verdade a nova forma de expansão do capital.

O ambiente de crise econômica favoreceu a ascensão gradual e firme das forças populares, através das Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais, responsáveis pelo rompimento da pax agrária e pela ameaça à hegemonia burguesa nacional. Somado a tudo isso, “as secas de 1951-53 e de 1958 se fazem acompanhar dos costumeiros clamores regionalistas, que incluem nesta última seca uma ênfase nas diferenças regionais que começam a ser geradas com base no novo avanço da industrialização” (SMITH, 1985, p.107).

Este contexto, de crise e ameaça de ruptura social, motivou a instalação de um projeto econômico para a região, que defendia uma ação direta do Estado intensificando e coordenando a industrialização que vinha ocorrendo espontaneamente através da substituição de importações (PEREIRA JÚNIOR, 2003 apud COSTA, 1997: 13). Em documento oficial do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste eram especificados os objetivos desta nova política:

“A política de industrialização visa ao triplice objetivo de dar emprego [à] massa populacional flutuante, criar uma classe dirigente nova (...) e fixar na região os capitais formados em outras atividades econômicas, que (...) tendem a migrar”. (GTDN, 1967 apud PEREIRA JÚNIOR, 2003).

Visando a consolidação deste projeto é implementada em 1959⁶ a SUDENE, que traz consigo o mecanismo denominado Sistema 34/18 (Lei n. 3995, de 1961), depois transformado em Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR). A SUDENE passa a estabelecer uma política compensatória de investimentos baseada nos incentivos fiscais para o Nordeste, colocando a Região em um processo de integração da produção e do mercado nacional.

De uma forma geral, pode se afirmar que estes esforços possibilitaram a transferência de grupos econômicos do Sudeste para a região, através da implantação de fábricas, favorecendo uma homogeneização monopolista do espaço nacional (BERNAL, 2004).

⁶ Alguns autores (GONDIM, 1998; BERNAL, 2004; ao estudarem o processo de industrialização do Ceará apontam a o ano de criação do BNB, como marco desta nova política de incentivo ao desenvolvimento industrial

“Os principais grupos econômicos do Centro-Sul transferiram-se para o Nordeste, implantando fábricas e unidades produtivas que, (...) mesmo quando [representasse] a duplicação de produções que, numa visão marginalista, poderiam ser mais econômicas no Centro-Sul, [asseguravam] a homogeneização monopolista do espaço econômico nacional” Oliveira (1981:125).

Existem críticas também ao caráter concentrador dos investimentos, que estariam alocados fundamentalmente nos estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, e dentro destes, nas proximidades de suas Capitais⁷. Santos (1997) procura diferenciar as particularidades do desenvolvimento industrial nestas três Regiões Metropolitanas. Identificando algumas especificidades no desenvolvimento industrial da RM de Fortaleza:

Diferentemente das RMs de Salvador e Recife, que desde o início tiveram expressivos investimentos de empresas incentivadas, na Região Metropolitana de Fortaleza, os resultados mais efetivos da nova política industrial adquiriram contornos retardatários. (SANTOS, 1987:857). Os resultados mais efetivos só seriam a ser registrados a partir da segunda metade da década de 70.

A deficiência de suprimento de energia elétrica para o uso industrial; a precariedade da infraestrutura portuária, rodoviária e de comunicação; a inexistência no local de importantes matérias primas; o limitado mercado interno; a maior distância dos principais centros supridores de insumos e a pouca influência das elites no cenário locais no cenário nacional são fatores que concorreram para o baixo poder de atração dos projetos industriais provenientes de fora da região.

Outro aspecto que irá diferenciar o processo de consolidação da indústria incentivada no Ceará será manutenção da estrutura industrial preexistente a criação da SUDENE, conservando os setores tradicionais à frente de seu desenvolvimento industrial⁸.

Esta orientação setorial dos investimentos, prioritariamente, voltada para a produção de bens tradicionais, pode ser compreendida, entre outros fatores, pelo fato de que, a origem majoritária do controle das empresas incentivadas desta RM, tinha seus capitais de origem local⁹. Tratava-se de empresas tradicionais, que embora tivessem presenciado a sucessão de gerações, a maioria permanecia controlada pelos mesmos grupos familiares (SAMPAIO FILHO apud SANTOS, 1997).

A partir, de 1978 são ampliados os esforços locais na tentativa de eliminar as barreiras para os investimentos na indústria, o que demonstra o esforço do Estado no sentido de facilitar a

⁷ Segundo Ferreira apud Santos (1997) [...] das 910 indústrias incentivadas através do mecanismo 34/18-FINOR, 63,6% se localizavam nos estados da Bahia (19,5%), de Pernambuco (24,3%) e do Ceará (19,8%). Ademais, daquele total de indústrias incentivadas, 46,9% se localizavam nas regiões metropolitanas daqueles respectivos Estados. Sendo 17,4% na Região Metropolitana de Recife, 15,9% na de Fortaleza e 13,6% na de Salvador.

⁸ Destaque para os setores de alimentos, têxtil, vestuário e calçados.

⁹ Segundo dados de 1978, o estado do Ceará contava com 90% do total de empresas incentivadas e 70% do volume investido fixo destas empresas, estavam sob o controle em empresários locais (MAGALHÃES apud SANTOS, 1997)

penetração dos mecanismos de produção/reprodução capitalista no espaço do Ceará. Esse esforço também evidencia a tentativa de recuperação de prestígio político frente às elites locais¹⁰.

No segundo Governo de Virgílio Távora¹¹ é assumida de maneira clara uma bandeira “desenvolvimentista”, consubstanciada no II PLAMEG (II Plano de Metas de Governo). Este plano concentrou suas propostas no crescimento do parque industrial e na implantação/consolidação de “distritos industriais” (principalmente em Fortaleza e Maracanaú).

A partir daí, diversos mecanismos financeiros foram criados na tentativa de garantir a materialização do III Pólo Industrial do Nordeste. Dentre eles, o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI) constituiu um dos mecanismos mais importantes de liberação de recursos para financiamento de projetos novos. O FDI, além de se ter mostrado o elemento mais original criado pelo II PLAMEG, acabou se tornando um instrumento de atração industrial mais eficiente do que as formas de apoio oferecidas pela SUDENE, BNDE, BNB etc. (CARLEIAL apud PEREIRA JÚNIOR, 2003). Esse período (1979-1982) também foi marcado pela realização de obras estruturantes, predominantemente localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza. Dentre elas merecem destaque o Sistema de abastecimento d’água Pacoti-Riachão e o Término da implantação do Distrito Industrial (BRASIL, 1984).

Todo esse esforço resulta no fortalecimento do grupo de industriais locais. Com este pólo, passa a ocorrer um interessante fenômeno, parte da burguesia industrial local passa a projetar seus capitais para o âmbito nacional¹² (SANTOS, 1997). Paralelamente a esta movimentação, consolida-se politicamente um grupo de “jovens empresários”¹³ organizados através do CIC (Centro Industrial Cearense), que transforma-se em importante fórum de debate propondo ruptura profunda com as práticas políticas até então vigentes. A ascensão política de Tasso Jereissate, representante deste grupo, em 1986 inaugura o auto-denominado “governo das mudanças”, dentre as propostas deste novo projeto político, destaca-se uma agressiva política industrial, mais vinculada a preceitos liberais.

3.1 A Indústria como opção neo-liberal

¹⁰ Até esse momento, o processo político cearense expressava um perfil “coronelistas”, no qual uma das principais características era a existência de uma rede de relações pessoais e diretas entre pessoas que ocupavam posições assimétricas na dimensão política e econômica (GONDIM, 1998).

¹¹ Já em seu primeiro governo (1962 a 1966), Virgílio Távora, foi responsável por importantes investimentos tais como a solução do abastecimento de energia elétrica através da Usina de Paulo Afonso, a conclusão do Projeto do Distrito Industrial – implantado em seu segundo Governo, a reorganização da Companhia de telecomunicações e a inauguração da fábrica de asfalto do Mucuripe.

¹² Exemplo deste fenômeno são os grupos J. Macêdo, Edson Queiroz, Jereissate e M. Dias Branco.

¹³ Estes empresários, em geral, tinham idade entre 35 e 45 anos, formação universitária e haviam assumido cargos de direção em empresas que, na maioria dos casos, pertenciam a suas famílias (GONDIM, 1998:30)

A eleição de 1986 marca, para o caso do Ceará, um movimento amplo de renovação das elites. Ao contrário, dos estados de Bahia e Pernambuco, que naquele ano também elegiam candidatos comprometidos com a superação de práticas clientelistas¹⁴, o ciclo instaurado no Ceará terá vida longa. Tasso Jereissate, além de eleger seu sucessor e reeleger-se, veio a ser presidente do PSDB, partido ao qual se se filiou em 1990. Ciro Gomes, seu sucessor, veio a ser Ministro de Fazenda e foi candidato a presidência (GONDIM, 1998:34).

A projeção Nacional era, em grande parte, resultado do sucesso na implementação de uma proposta de modernização política que configurava um novo paradigma nas relações entre estado e sociedade civil. Apesar de compartilhar com o neoliberalismo a preocupação com a austeridade financeira e fiscal, o “governo das mudanças” foi marcado por uma forte relação entre Estado e economia, propondo um modelo de desenvolvimento onde o setor público atua como indutor de investimentos (AMARAL apud GONDIM, 1998).

Embora as primeiras medidas deste governo estivessem focadas na modernização da gestão e no saneamento da máquina estatal com uma rigorosa contenção de despesas e uma inflexível política de redução dos gastos públicos, não se tratava de uma simples mudança de gestão nas formas políticas, mas a instauração de um novo projeto político moldado pela burguesia industrial instalada no CIC (BERNAL, 2004). A constituição de uma esfera pública burguesa no Ceará terá como um de seus elementos-chave a eliminação dos políticos profissionais como intermediários. O discurso empresarial da eficiência constitui o cerne da novidade trazida à cena política do Ceará pelo novo Grupo (GONDIM, 1998).

A emergência e o sucesso político de elites inovadoras num dos mais pobres e periféricos Estados do Brasil despertou grande curiosidade sobre o Ceará, principalmente, por que era evidente no cenário nacional o ambiente de crise e o direcionamento político por parte do governo central para a consolidação de uma agenda neo-liberal. Neste contexto o Planejamento Regional perdia relevância, cabendo aos estados nordestinos optarem por um endividamento externo ou, alternativamente, utilizarem a estratégia da chamada Guerra Fiscal. O Processo continuado de perda de recursos dos estados nordestinos, através da SUDENE, provoca uma corrida dos estados Nordesteiros em busca dos capitais privados, destacando o Ceará, a Paraíba e a Bahia como os mais agressivos (BERNAL, 2001).

Os elementos que consolidam a economia de mercado foram definitivamente incorporadas pelo Ceará através da ascensão política desta nova elite (PEREIRA JÚNIOR, 2003). Com esta visão, o Governo do Estado elege duas estratégias econômicas principais para ampliar a atração de capitais privados. A primeira vincula-se a promoção do desenvolvimento industrial através da

¹⁴ Em referência aos mandatos de Valdir Pires e Miguel Arraes respectivamente.

oferta de infra-estrutura, incentivos fiscais e mão de obra barata estimulando processos de realocização de indústrias tradicionais oriundas do sul e sudeste. A segunda estratégia vincula-se ao desenvolvimento turístico, através de um vigoroso pólo Turístico em Fortaleza (BERNAL, 2004). Na prática, estas duas estratégias convergem no sentido de consolidar A Região Metropolitana de Fortaleza como lócus privilegiado de aporte de capitais privados.

A estratégia de atração da indústria e de expansão do pólo turístico está amparada pela promessa de desenvolvimento de grandes projetos de infra-estruturas¹⁵, onde se destaca:

- A construção do Metrô de Fortaleza (Metrofor), obra orçada em 290 milhões de dólares;
- O Porto do Pecém, com capacidade para navios de até 150 mil toneladas;
- Ampliação do novo aeroporto internacional de Fortaleza
- Ampliação do Sistema Viário de ligação da Região Metropolitana, principalmente os grandes corredores de acesso às zonas de praia;

O Fundo de Desenvolvimento Industrial é, entretanto, o principal instrumento de financiamento da estratégia de modernização do Ceará. Ligeiramente alterado desde sua criação em 1979, o FDI passa a contar com um importante programa de subsídio e ampliação da atividade industrial, o PROVIN (Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas). De acordo com Pereira Júnior (2003), os investidores beneficiados com o PROVIN fazem “jus a um financiamento (empréstimo), após a quitação mensal do imposto (ICMS) devido, de 45% do valor pago, no caso de plantas localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), e de 75% para plantas localizadas fora daquela região”. Segundo o autor, “à época da quitação do empréstimo, as empresas terão um rebate sobre o valor a pagar, variando este valor em função da localização da planta. Ou seja, o rebate será de 40% para plantas localizadas na RMF e de 75% para as localizadas fora daquela região”. Por fim, é possível constatar que “na efetiva liquidação do empréstimo as empresas na realidade obtém um subsídio fiscal (uma renúncia fiscal do Estado) de 18% e 56,2% do empréstimo devido, para plantas localizadas na RMF ou fora dela, respectivamente”.

A descentralização da Indústria pelo estado, que é parte da estratégia do Governo do Estado, está em sintonia com o interesse dos capitais privados, em razão da ausência de sindicatos atuantes. Neste contexto, o próprio Estado promoveria o rebaixamento das condições de subsistência do salário, apoiando-se em mecanismos não-capitalistas para a reprodução da

¹⁵ Essa priorização em investimentos em infra-estrutura voltada a promoção da indústria e do turismo contraria o discurso original do CIC que pregava o livre funcionamento do mercado, como assinala Pereira (2003): “apesar do discurso, os ‘Governos das Mudanças’ iniciam um enfoque na área industrial com uma visão tipicamente desenvolvimentista e dependente da macro intervenção governamental”, uma posição que viola o princípio básico do CIC, segundo o qual a separação entre o público e o privado era condição essencial para alcançar a modernidade.

força de trabalho, através de mecanismos como a instalação das cooperativas de trabalho, fundadas para terceirizar a produção industrial (BERNAL, 2004: 59).

Apesar do esforço de descentralização industrial, os investimentos ainda vêm se concentrando na Região Metropolitana de Fortaleza.

Como resultado destas estratégias os dados atestam um significativo crescimento econômico do Estado. Entre 85 e 97 o PIB do Ceará cresceu 55,9% contra 36,8% Nordeste e 36,5% para o Brasil. Esse crescimento, entretanto parece ter sido iniciado em períodos anteriores. Na verdade, a taxa do PIB já vinha se manifestando elevada, no período anterior, entre 1970 e 1985 (ver tabela 01). A média do Crescimento do Ceará no período no Período de 1970 a 2001 foi de 6,57%, enquanto a do Nordeste foi de 4,76%. O Dinamismo Econômico do Ceará, como será demonstrado pelos dados da tabela 01, é anterior às gestões do “Governo das Mudanças”, tem suas raízes claramente definidas no período anterior, conhecido como período dos Coronéis, onde na verdade foram iniciadas as ações em prol da modernização industrial através da implantação da infra-estrutura de suporte, e de um amplo apoio do Governo Federal, através da SUDENE.

Tabela 01 – Taxa Média de Crescimento anual do PIB do Ceará e Nordeste (%)

Períodos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Total- Ne	Total- BR
1970-1975	14,98	12,81	8,65	12,10	10,24	1,01
1975-1980	-1,03	17,06	13,03	9,61	7,24	0,76
1980-1985	7,92	12,62	7,65	9,02	4,36	-0,18
1985-1990	-0,29	5,76	3,57	3,84	2,62	2,11
1990-1995	5,52	4,59	2,87	3,70	2,25	2,79
1995-2000	-7,53	5,31	3,23	3,07	2,89	2,84
2000 -2001	-13,99	-3,91	2,25	-1,08	0,95	1,91
1970-2001	2,42	9,13	6,30	6,57	4,76	1,56

Fonte: Até 1984- SUDENE _ Boletim Conjuntural ; De 1985 até 2001 – IBGE – Contas Regionais apud BERNAL (2004:65)

O aspecto contraditório deste intenso dinamismo dos últimos 30 anos, resulta na não superação das péssimas condições sociais identificadas. O Ceará ainda ocupa o 23 lugar na classificação dos estados brasileiros em termos de IDH, só perdendo para o Piauí e Alagoas. Fortaleza, que concentrou grande parte deste esforço de industrialização é apontada como a capital Brasileira com a pior distribuição de renda, segundo a pesquisa de Orçamento Familiar (POF) da Fundação Getúlio Vargas (BERNAL, 2004).

Este modelo, tão festado nos últimos anos, parece dar sinais de seu esgotamento a partir do início do ano 2000. Os dados da tabela 01 revelam uma queda do crescimento do PIB industrial de Ceará de 3,91% entre 2000 e 2001, e de 1,08% no PIB total no mesmo período.

4. Algumas considerações sobre a organização espacial metropolitana

Procuramos aqui, desenvolver algumas breves considerações sobre as implicações do processo de desenvolvimento industrial na organização espacial do território, com foco para o processo de transformação da Região Metropolitana de Fortaleza, considerando a região lócus privilegiado da intervenção do Estado para a consolidação do desenvolvimento industrial. Reconhecida as limitações de uma leitura pautada essencialmente no desenvolvimento industrial, percebemos, pelas características próprias ao processo de acumulação entravada, uma constante reprodução dos entraves na organização do espaço, pautada na ausência ou atraso na implementação de infra-estruturas compatíveis. A influência significativa do desenvolvimento industrial nos processos de dispersão e organização do território dá margem a uma reflexão a cerca dos processos institucionais de consolidação da região Metropolitana: não estariam estes processos mais relacionados a uma lógica de ampliação da acumulação do capital do que a uma intenção planejadora do estado sobre um território em processo de conurbação?

Para o desenvolvimento destas questões procurou-se articular os processos institucionais de consolidação da Região Metropolitana com diferentes períodos do desenvolvimento industrial, e os níveis de investimento do estado (ver figura 02). A seguir, é apresentada a trajetória de transformação institucional da Região Metropolitana, para em seguida serem pontuados algumas relações do desenvolvimento industrial com organização espacial.

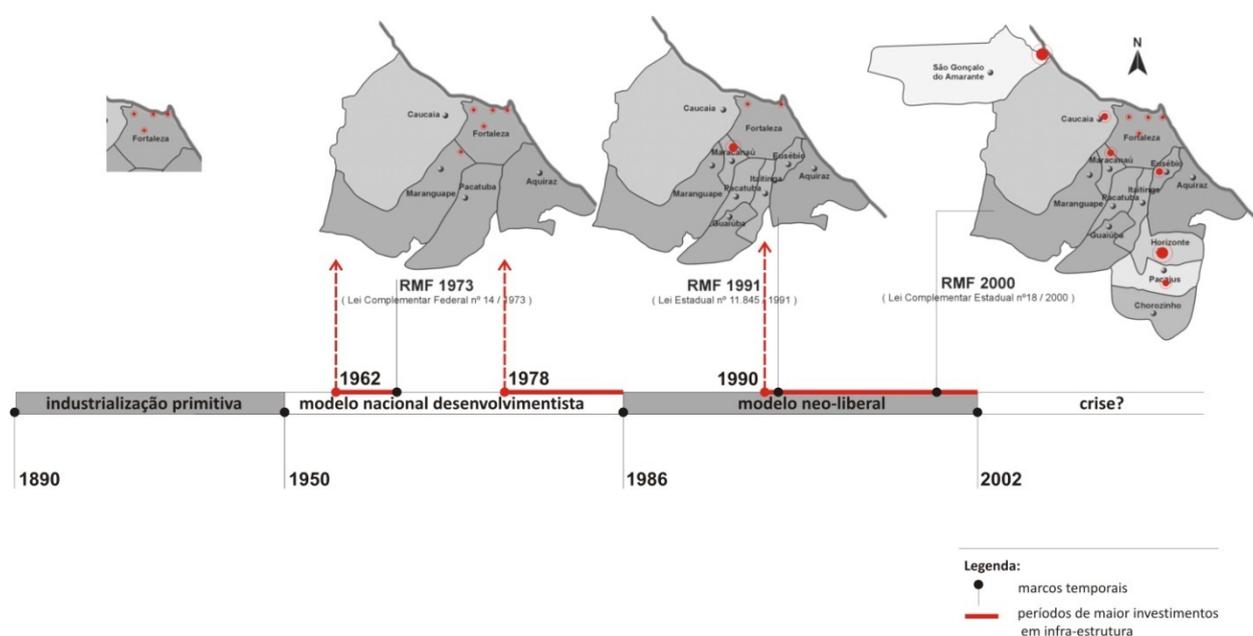


Figura 02: Organograma do desenvolvimento Industrial x a Organização Metropolitana

FONTE: Elaborados pela autora a partir de mapas do OBSERVATÓRIO, 2007.

Trajétoria Institucional da Região Metropolitana de Fortaleza

Constituída institucionalmente como região metropolitana em 1973, Fortaleza enquadra-se no conjunto de metrópoles criadas na década de 70 a partir da iniciativa federal de consolidação de um eixo da geopolítica de integração e modernização do território nacional, com base na industrialização e em uma sociedade predominantemente urbana. A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) teve sua composição político-administrativa transformada tanto pela fragmentação dos seus municípios originais, como pela inserção de novos municípios (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2007).

A incorporação de novas cidades favoreceu o super dimensionamento da periferia dentro da região, seja com respeito ao tamanho da cidade central, seja no tocante à incorporação de municípios pouco populosos, de baixa densidade com econômica de predominância rural. Assim pode-se afirmar que a dimensão física institucional, distancia-se em grande medida de um real processo de metropolização¹⁶, entretanto, favorece a lógica de acumulação a partir dos processos de expansão urbana¹⁷.

Atualmente, a RMF apresenta um contingente demográfico superior a três milhões de pessoas. A concentração de cerca de 40% da população do Estado retrata a situação de macrocefalia que historicamente tem assolado o Ceará, resultado de um processo de desenvolvimento desigual e concentrado (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2007).

Desenvolvimento Industrial x Organização Espacial

Como foram colocados anteriormente, os condicionantes históricos do processo de formação do Ceará conduziram a um relativo isolamento de Fortaleza com relação às cidades vizinhas. Diferente, das demais capitais litorâneas nordestinas, Fortaleza teve um processo de

¹⁶ A metropolização é aqui compreendida como um momento de maior complexidade do processo de urbanização; um fenômeno que se refere muito mais aos modos de vida e de produção que à própria dimensão territorial das metrópoles. Por metrópole, longe de sua origem etimológica, que designava a cidade grega, mãe de suas colônias e exportadora de guerreiros, comerciantes e deuses (ASCHER, 1995), entende-se uma grande aglomeração dotada de equipamentos terciários superiores, comandando uma rede urbana e uma zona de influência extensa, cuja área administrativa correspondente passou a se chamar área metropolitana. Em essência multifuncionais, as metrópoles concentram parte crescente das riquezas, do poder econômico, dos capitais, do processo de acumulação, do PIB e das atividades estratégicas. Igualmente concentram as categorias sociais mais abastadas e os empregos mais qualificados (ASCHER,1995). São o locus por excelência das relações sociais e econômicas (SANTOS, 1993). No entanto, é nas metrópoles que se observam também as maiores desigualdades socioespaciais (MOURA,2004).

¹⁷ A incorporação dos municípios periféricos à RMF favoreceu a alteração das legislações municipais, com ampliação das zonas urbanas a despeito de suas características de usos predominantemente rurais. Deve-se ainda reforçar o contexto de ausência de marcos regulatórios urbanos. Com exceção de Fortaleza, os demais municípios da RMF, só vieram a ter Planos Diretores Urbanos a partir de 2000(OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2007:24)

consolidação urbana muito mais tardia. Dentro do estado do Ceará, até inícios do século XIX, ocupava uma posição secundária em termos de produção econômica. Isso explica em parte a inexpressividade dos demais municípios da Região Metropolitana, que historicamente não representaram uma rede urbana conectada.

Até a década de 70, quando o município apresentava um baixíssimo nível de industrialização, as poucas indústrias eram localizadas de forma dispersa pelo município em diversas áreas de cidade. Destacavam-se, neste contexto, cinco áreas principais (ver figura 03):

- A Avenida Francisco Sá da Jacarecanga a Barra do Ceará;
- O centro da cidade, notadamente, os setores nordeste (zona da alfândega), Centro e oeste;
- Parangaba;
- Mucuripe;

Estas quatro áreas concentravam cerca de 80% dos empregos das empresas com mais de 20 empregados (PLANDIRF, 1973). O Centro e a Parangaba (áreas mais urbanizadas) já apresentavam condições de saturação. As zonas próximas a Francisco Sá e ao Mucuripe eram alternativas à expansão industrial e apresentavam como vantagens a presença de lençol freático baixo o que favorecia o fornecimento de água (PLANDIRF, 1971).

Essa tendência de dispersão estava relacionada com uma série de fatores (PLANDIRF, 1971):

- a natureza dos empreendimentos produtivos, que em sua quase totalidade, não mantinham relações inter-industriais entre si, dispensando as economias de aglomeração;
- as limitações e as possibilidades da dimensão do mercado regional ou nacional que determinavam empresas de pequeno impacto poluidor, que fazem questionar a necessidade de áreas especiais;
- a independência com relação ao transporte ferroviário, vinculava as indústrias a uma lógica de proximidade aos eixos viários federais e estaduais e a existência de terrenos de preço moderado em todas as latitudes da periferia;
- a relatividade da importância do custo do terreno, como fator de escolha da área industrial, tendia a diminuir em função dos incentivos fiscais consistirem o verdadeiro subsídio ao capital fixo.

Pelas questões acima expostas, questionava-se neste momento a necessidade de implementação de distritos industriais de grandes dimensões, mesmo sendo esta uma tendência generalizada das políticas de promoção industrial, pautadas nos incentivos através da SUDENE

(PLANDIRF, 1971). Em Fortaleza, embora o distrito industrial tivesse sido criado em 1964¹⁸, esse permanece sem grande atratividade, e só viria a se consolidar a partir do final da década de 70, quando a intervenção pública torna-se mais efetiva.

De uma forma geral, esse momento é caracterizado principalmente pelo seu caráter extensivo, com baixíssimo nível de intervenção pública, que se limitava ao fornecimento de condições mínimas a implantação das indústrias, resultante das debilidades infra-estruturais características de todo o município. A relativa consolidação destes núcleos de industrialização intra-urbanos, e a não execução de obras que garantissem uma conexão mais efetiva com os principais eixos de circulação rodoviária, favoreceram o progressivo desinteresse por essas áreas pelas elites dando início a processos de ocupações informais, sendo caracterizadas hoje por grandes densidades populacionais.

A partir da década de 70, assiste-se progressivamente a ampliação da intervenção do estado para a consolidação industrial, agora pautados em investimentos em infra-estrutura mais agressivos, que se somam a uma maior captação de incentivos através do sistema 34/18 da SUDENE, materializados na implementação de empresas de maior porte. Os dois Governos de Virgílio Távora ganham destaque na implementação de infra-estrutura como apresentado anteriormente.

Até meados dos anos 80, o setor industrial do Ceará ampliou sua participação na composição do PIB de 10,3% para 26,8%, enquanto a agropecuária declinou de 34% para 14%, refletindo na crise do bicudo na produção algodoeira (BERNAL, 2004). Apesar da crescente industrialização, o crescimento do emprego industrial permaneceu insuficiente para absorver o extraordinário aumento da força de trabalho gerado pelo processo de urbanização (ver tabela 02). A ampliação da migração interestadual, fortalecida a partir de meados da década de 70, contribui para a expansão do setor informal na capital (MENELEU, apud BERNAL, 2004).

Tabela 02 – Crescimento Populacional da Cidade de Fortaleza

ANOS	POPULAÇÃO
1800	3.000
1863	16.000
1872	21.372
1890	40.902
1900	48.369

¹⁸ O I Distrito Industrial do Ceará foi criado no primeiro governo Virgílio Távora, através do decreto n.6.740 de 31/12/1964, localizava-se no município de Maranguape, nas imediações deste com o município de Fortaleza, área que depois viria a se tornar constituinte do município de Maracanaú. O seu processo de implementação foi iniciado em 1966, sendo bastante lento, não tendo sido instaladas parte das infra-estruturas necessárias a seu financiamento.

1920	78.536
1930	-
1940	180.185
1950	270.169
1960	514.813
1970	857.980
1980	1.308.919
1991	1.768.637
1996	1.965.513
2001	2.141.402

Fonte: IBGE

A institucionalização da RMF, em 1973, legitima a consolidação do processo de desconcentração industrial da capital para os municípios periféricos da Região Metropolitana. Em um primeiro momento essa desconcentração irá acontecer no município de Maracanaú, onde foi constituído o Primeiro Distrito Industrial do Ceará, como parte da consolidação da estratégia do III Pólo Industrial no Nordeste. Projetado em 1964, é apenas ao longo da década de 70 que avança sua implantação e ocupação. Brasil et al. (1984) aponta que o projeto executado difere daquele que fora projetado em 1964. As limitações podem ser identificadas principalmente em seu sistema viário e no sistema de tratamento de esgoto. A política de industrialização alia-se neste momento a larga produção habitacional, sendo justaposto ao Distrito Industrial de Maracanaú, um total de dez conjuntos habitacionais que representavam mais de 30.000 unidades habitacionais (BRASIL et al, 1984). A proximidade de número significativo de empregos justifica o discurso de produção habitacional em zonas periféricas. Neste período não se constava um processo de conurbação física com a capital, e as condições de transporte reduziam à alguma proximidade dos conjuntos a linha de trem metropolitano, que ligava Maracanaú ao Centro da Capital.

Estratégia semelhante foi adotada com relação a Caucaia, nesta também foram implementados um número significativo de conjuntos habitacionais, e embora também fosse previsto para esta cidade um segundo pólo industrial este, não chegou a ser consolidado. Tratando-se de ocupações descontínuas, a consolidação destes núcleos urbanos favoreceu a implementação de loteamentos populares nas áreas intersticiais, que não possuíam condições mínimas de infra-estrutura. Hoje Caucaia e Maracanaú representam as principais concentrações populacionais. A visualização das figuras 3 e 4 dão uma medida da articulação das Políticas Habitacionais e Industriais. Deve-se ressaltar, que a perspectiva de ampliação das condições de mobilidade destes municípios, através da implementação de um sistema de metrô, parece não ser prioritário. Iniciado em 1994, as obras do metro tiveram seus cronogramas constantemente adiados. Hoje a previsão é para conclusão do ramal Norte-SUL em 2010, aproveitando a atual caixa do sistema de trem que liga Fortaleza a Maracanaú.

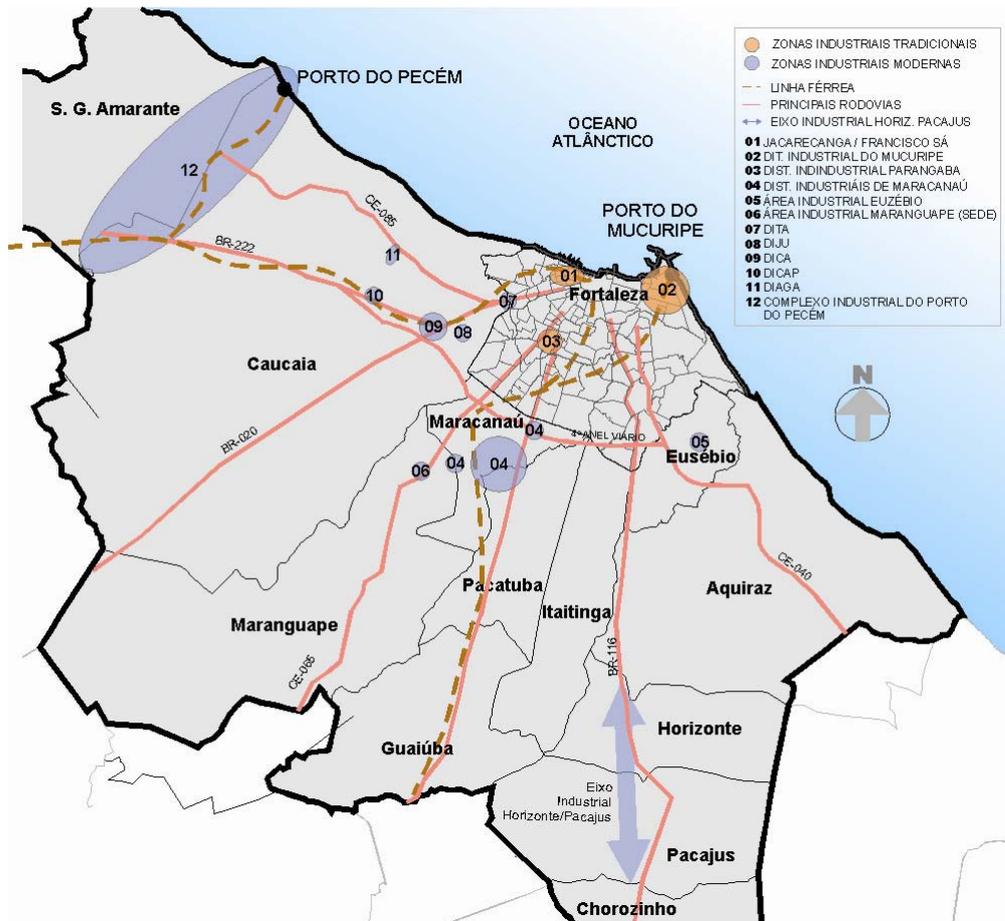


Figura 03: Processo de dispersão Industrial na RMF
 FONTE: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2007).

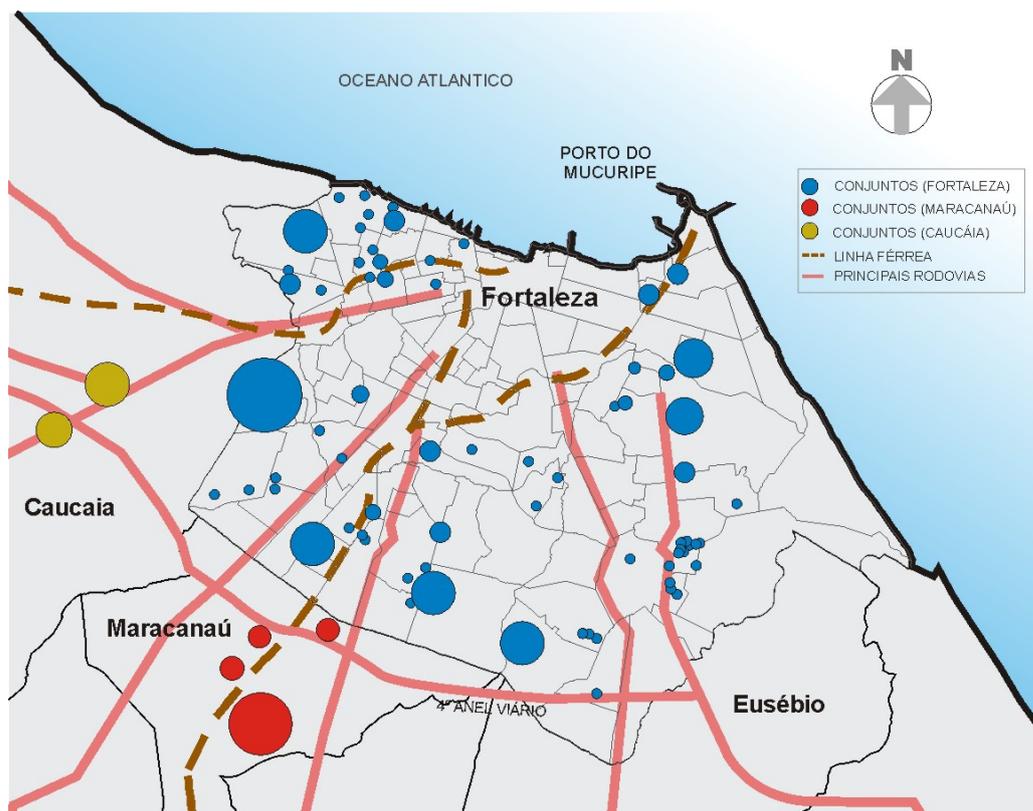


Figura 03: Processo de dispersão Industrial na RMF
 FONTE: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2007).

Tabela 03 – Região Metropolitana de Fortaleza por População Residente, Taxa de Urbanização e Taxa Geométrica de Crescimento

Municípios	População residente e situação do domicílio				Taxa geométrica de crescimento 2000/1991				
	Total				Taxa de urbanização		Taxa geométrica de crescimento		
	1991	2000	1991	2000	Total	Urban	Rural	a	
Aquiraz	46.305 (1,9%)	60.469 (2,0%)	88,1	90,4	3,0	3,3	0,5		
Caucaia	165.099 (6,9%)	250.479 (8,4%)	89,4	90,3	4,7	4,9	3,8		
Chorozinho	15.492 (0,6%)	18.707 (0,6%)	27,7	50,6	2,1	9,2	-2,1		
Eusébio	20.410 (0,8%)	31.500 (1,1%)	100,0	100,0	4,9	4,9	-		
Fortaleza	1.768.637 (73,6%)	2.141.402 (71,7%)	100,0	100,0	2,1	2,1	-		
Guaíba	17.562 (0,7%)	19.884 (0,7%)	57,2	78,5	1,4	5,0	-6,1		
Horizonte	18.283 (0,8%)	33.790 (1,1%)	59,0	83,2	7,1	11,2	-3,1		
Itaitinga	--	29.217 (1,0%)		90,9					
Maracanaú	157.151 (6,5%)	179.732 (6,0%)	99,5	99,7	1,5	1,5	-3,0		
Maranguape	71.705 (3,0%)	88.135 (3,0%)	72,5	74,1	2,3	2,6	1,6		
Pacajus	31.800 (1,3%)	44.070 (1,5%)	71,2	77,8	3,7	4,7	0,7		
Pacatuba	60.148 (2,5%)	51.696 (1,7%)	89,2	91,0	-1,7	-1,4	-3,6		
S. Gonçalo	29.286 (1,2%)	35.608 (1,2%)	61,5	62,0	2,2	2,3	2,0		
Total	2.401.878 (100%)	2.984.689 (100%)	96,0	96,5	2,4	2,5	0,75		

Fonte: IBGE

A influência do desenvolvimento Industrial na organização periférica será ainda mais sentida no período que corresponde ao desenvolvimento das Políticas neo-liberais desenvolvidas pelo “Governo das mudanças”. Atingidos pelas novas combinações que se configuram na dinâmica industrial do Ceará, esses municípios, localizados na periferia da Região Metropolitana, vêm redefinidos importantes elementos na sua organização sócio-espacial. O novo quadro territorial Metropolitano de Fortaleza aponta para a concentração de empreendimentos no trecho do Corredor formado por Horizonte-Pacajús (PEREIRA JÚNIOR, 2002).

A industrialização de Horizonte e Pacajus se explicam muito mais pelo extravasamento das atividades de produção de Fortaleza, do que pelos efeitos de desconcentração industrial para o interior do Estado. Entretanto, é importante ressaltar, que por está fora da Região Metropolitana de Fortaleza até o final do ano de 2000, as Indústrias de Horizonte beneficiaram-se de descontos de ICMS de até 75%. Por essa razão foi alardeado como sendo um dos Principais programas de interiorização da indústria cearense (PEREIRA JÚNIOR, 2007).

Ao ampliar sua dimensão geográfica em 2001, a Região Metropolitana ganha uma dimensão muito mais econômica do que espacial. Ao contrário, dos municípios de Caucaia e Maracanaú, articulados através de um sistema de transporte de massa, a única articulação de Horizonte com Fortaleza dá-se através da BR.116, não existindo um sistema de Transporte Público Metropolitano, as dificuldades de mobilidade da população são ainda piores, tratando-se inclusive de uma maior descontinuidade urbana e distância ao centro de Fortaleza. Os investimentos do estado são canalizados fundamentalmente para viabilizar a produção econômica.

Ao lado do Eusébio, serão Pacajus e Horizonte que apresentaram as maiores taxas de crescimento. Ao contrário, dos dois últimos, o Eusébio tornou-se bastante atrativo a partir da consolidação das infra-estruturas vinculadas às políticas de desenvolvimento turístico, a CE-040, corredor de deslocamento para o litoral leste.

Por fim, é importante ressaltar, que a partir da constituição de 1988, o planejamento e desenvolvimento metropolitano, ficaram a cargo dos estados, deixando de fazer parte de uma lógica de desenvolvimento nacional. Os municípios, mais fortalecidos institucionalmente, também entraram na disputa industrial, oferecendo terrenos, além de incentivos fiscais municipais. Se não desempenha um sentido para o ordenamento espacial, parece difícil compreender a lógica do desenho institucional metropolitano.

5. Considerações finais

Embora havendo alterações de discurso, o estado aparece como força motriz para acumulação, colocação óbvia e ainda mais evidente para o caso do Ceará e particularmente para a Região Metropolitana de Fortaleza. Em sua terceira fase, o projeto de industrialização do Ceará com características neo-liberais, ganha mais força, sendo nítido o interesse das elites locais

neste projeto, mesmo que ele não represente um modelo de desenvolvimento local, como ficou evidente para o caso do Ceará. Neste período se percebe o deslocamento para o Ceará de grandes empresas nacionais, ao mesmo tempo que grandes grupos locais passam a transferir os produtos desta acumulação através da expansão de seus capitais para uma escala nacional.

Com o esgotamento do Ciclo de desenvolvimento através de um projeto de industrialização neo-liberal em 2002, fica o questionamento se a proposta do turismo não é mais alinhada a lógica da acumulação entravada, com expatriação dos excedentes. O Estado ao impor um projeto industrializante, encontrou na região vários fatores locacionais, físicos e econômicos, que exigiam níveis de intervenção muito mais elevados para tornar viável o projeto de industrialização. O turismo ao contrário, parece encontrar vantagens locacionais e físicas, mais propícias ao seu desenvolvimento, condições que supostamente ampliam o interesse de investidores Internacionais face às condições vantajosas oferecidas.

Com relação à organização espacial, parecem evidentes, as implicações do desenvolvimento industrial principalmente na organização dos territórios mais periféricos, estes envolvidos na Região Metropolitana mais por uma lógica econômica do que espacial, já que o empenho do estado na consolidação das infra-estruturas prioriza apenas as condições de circulação das mercadorias industriais.

5. Bibliografia:

Referência Bibliográfica:

BERNAL, Maria Cleide Carlos. *A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza*. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

_____. *Industrialização Tardia e novas configurações espaciais na terra da luz*. Anais do IX Encontro da Anpur, Rio de Janeiro: 2001.

FORTALEZA - PMF/SUPLAM. *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza - PLANDIRF - 1969/71*. Fortaleza: PMF, 1971

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Clientelismo e Modernidade nas políticas Públicas: Os "Governos das Mudanças" no Ceará*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

BRASIL, Ana Cláudia de Araújo et al. *Distrito Industrial: Fator de Expansão Urbana*. Monografia apresentada como conclusão do Curso de Desenvolvimento Urbano e Regional do Centro de Treinamento em Desenvolvimento Econômico e Regional da UFC. Fortaleza, 1983.

NOBRE, Geraldo da Silva. *O Processo Histórico de Industrialização do Ceará*. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Análise da Estruturação Intra-Metropolitana da Região Metropolitana de Fortaleza - Relatório Instituto do Milênio - produto 01*. Fortaleza, Outubro, 2007.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma Re(li)gião*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. Espaço, Industrialização e Acumulação Capitalista: uma abordagem para o Nordeste e o Ceará. *In. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 04, p 65 -76. 2003.*

_____. Metropolização e novos arranjos espaciais: uma discussão a partir do Processo de Industrialização em Horizonte e Pacajus. *In Revista de Casa da Geografia de Sobral, ano 02, número 04, p 65 -76. 2003.*

SANTOS, Valdeci Monteiro dos. Regiões metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza: Diferentes processos recentes de industrialização. Anpur: Recife, 1997.

SCHIFFER, Sueli Ramos. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional. *In Deák, C. e Schiffer, S. R. (orgs.). O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999, p. 73-110.*

Bibliografia Consultada:

DEÁK Csaba. Acumulação entravada no Brasil/ E a crise dos anos 80. *In Espaço & Debates n.32 p.32-46, 1991.*

DEÁK, Csaba. O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista. *In Espaço & Debates n.28, 1989.*